

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a investigar as percepções de jovens que cumprem medidas socioeducativas no sistema DEGASE¹ sobre a escola. A pesquisa busca aprofundar dois momentos distintos e articulados de minha formação: o de pedagoga e o de pesquisadora.

Durante as disciplinas do curso de Pedagogia, aproximei-me de questões relacionadas à infância e adolescência. Ainda que tenham sido estudos modestos e com os limites daquele momento formativo, percebo que as questões com os quais tive contato me acompanham até hoje. Afinal, como definir juventude? Qual o papel da escola hoje para este público? Seria possível uma articulação entre escola, juventude e políticas públicas?

Na pesquisa que realizei durante o mestrado, busquei entender as relações entre educação e questões racial-étnicas, a partir da análise do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (BATISTA, 2007). Este programa foi criado em 2001 por um grupo de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, está alocado no Laboratório de Políticas Públicas desta Universidade e conta com o financiamento da Fundação Ford. O principal objetivo do programa é desenvolver projetos de pesquisas e extensão sobre desigualdades raciais na educação, em especial, no ensino superior brasileiro.

Os resultados da dissertação apontaram que, apesar dos documentos oficiais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dos depoimentos dos executores do programa terem dado um maior destaque para os aspectos positivos do programa, o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira enfrenta limites e desafios que põem em cheque alguns de seus princípios. Um dos principais limites do Programa está relacionado ao fato dele não ser uma política pública diretamente ligada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, sendo uma instituição com programas próprios, apenas acolhe em suas instalações esta

¹ Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Este Departamento está vinculado a Secretaria de Estado de Educação.

proposta, a partir de uma negociação entre a Fundação Ford e o Laboratório de Políticas Públicas (LPP). Outra fragilidade, constatada pela pesquisa, diz respeito à continuidade do programa em relação a sua autonomia financeira. Verificamos também a dificuldade que o programa enfrenta hoje na articulação de sua relação com o movimento negro, pois apesar de não fazer parte do programa, as discussões importantes deste movimento, especialmente no que se refere à luta pela implementação de políticas de ações afirmativas são agregadas a justificativa de sua existência e manutenção.

Salientei que grande desafio ainda persiste para nós, educadores: como articular pedagogicamente o ideal de igualdade de acesso das oportunidades educacionais pelos grupos socialmente excluídos dos benefícios de cidadania, como é o caso do segmento negro da população brasileira? As respostas a estas perguntas ainda estavam em aberto final da minha dissertação.

Em 2006, já como pedagoga em uma Organização Não Governamental que desenvolve um projeto com crianças e adolescentes em situação de rua, tive contato com muitos jovens que estão hoje cumprindo medidas socioeducativas² e que são atendidos pelo Centro de Defesa desta Organização. O Centro de Defesa tem como público alvo crianças e jovens em conflito com a lei e/ou com direitos violados, cujas famílias são originárias, majoritariamente da capital do Estado do Rio de Janeiro, com idade variando entre 12 e 21 anos. Dentre as medidas socioeducativas, o Centro de Defesa atende aqueles que estão em liberdade assistida. Sua proposta é criar condições para que o adolescente que está em regime de liberdade assistida seja capaz de construir um projeto de vida que rompa com a prática do ato infracional, desenvolvendo a confiança e a capacidade de reflexão sobre suas vivências, dificuldades e ação no mundo.

No cotidiano dos atendimentos, identificamos que muitos adolescentes assistidos têm sua história marcada por uma “naturalização” da precariedade da qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à diminuição das expectativas para o futuro face à realidade social na qual estão inseridos.

² O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê seis medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparo do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, que devem ser aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional. O objetivo principal da liberdade assistida é garantir que o adolescente possa contar com um adulto que o acompanhe, auxilie e oriente em sua inserção social, junto à família, na escola, e no mercado de trabalho.

A oportunidade de estar próxima a esta juventude em situação de vulnerabilidade me fez resignificar as minhas questões relacionadas às desigualdades de oportunidades educacionais e juventude. Neste contexto, as políticas de ação afirmativa que foram objeto do meu estudo no mestrado, ganham novo significado no âmbito da discussão do direito à educação e do direito de igualdade de oportunidades.

Não é de hoje que vários estudos mostram como a educação é um bem desigualmente distribuído (PASTORE; SILVA, 2000; FIGUEIREDO SANTOS, 2002; HASENBALG e SILVA, 2000; HASENBALG, 1979; HASENBALG, 1999; HENRIQUES, 2001). Segundo Soares e Alves (2003, p. 149) “*essas desigualdades são moduladas por filtros socioeconômicos, raciais, localização (urbana, rural) e por tipo de rede escolar (pública, particular)*”. E mais: a grande maioria dos indicadores educacionais, como, por exemplo, permanência e desempenho mostram esses padrões de desigualdade. É sobre estes temas e outros, que a pesquisa se debruça.

1.1 DEMARCANDO O OBJETO DE ESTUDO

Toda investigação deve ter um aparelho metodológico sólido, explicitado e refletido, que possa ambicionar a produção e validação de qualquer entendimento da realidade social. Aqueles que têm como objetivo a obtenção do grau de doutorado tem a responsabilidade maior neste domínio.

Iniciamos por lembrar que qualquer método científico implica uma relação entre a teoria e a observação empírica. Consideramos que esta relação é importante para o desenvolvimento de uma pesquisa. Avaliamos que o movimento em ambos os procedimentos não garante por si só o diálogo, condição primordial para o desenvolvimento científico, uma vez que a teoria e a empiria possuem lógicas e linguagens próprias. Dessa forma, devemos compreendê-la como um requisito de cientificidade. Assim, elegemos como questão importante para a presente pesquisa a elaboração e definição de procedimentos cientificamente legitimados da combinação de um quadro teórico que está reconhecido no âmbito das ciências sociais.

Aliás, a indispensável ruptura entre as explicações do senso comum, por vezes individualistas, defendida por vários autores, só será assegurada através de um confronto sistemático de um corpo teórico cientificamente legitimado e de uma observação da realidade e, a partir de instrumentos também reconhecidos no quadro das ciências sociais. Neste caso mantemo-nos fiéis ao princípio da “função de comando da teoria”, pela qual a pesquisa empírica deve ser orientada pela e para teoria. Entretanto, como bem observou PINTO (2007), esta lógica deve ser complementado pela inclusão de procedimentos da observação empírica, em um primeiro momento, de caráter mais espontâneo, para em seguida, utilizarmos procedimentos analíticos científicos, de modo a superar análises calcadas no senso comum. Nossa intenção foi a de potencializar as várias formas através das quais nossa investigação teórica e empírica se relacionou ao longo das várias etapas da pesquisa.

Assim, destacamos que nossa investigação define-se a partir de uma sucessão de etapas, elaborada desde a definição da questão inicial, elaboração do quadro teórico, construção do modelo de análise, produção e aplicação do instrumento de observação, análise dos dados e produção dos resultados finais. Salientamos também que a produção do instrumento de observação e sua aplicação, podem gerar novas questões, que irão requerer a revisão das elaborações iniciais, as teorias de referências e os conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Desse modo, consideramos que uma pesquisa deve estruturar-se na tensão entre um planejamento rigoroso das atividades relacionadas e uma flexibilidade que potencialize a exploração de percursos iniciais. Dizemos isto porque a produção de conhecimento exige o prosseguimento paciente e minucioso do método, tanto na possibilidade do erro exploratório quanto da perspectiva da criatividade. Sem a possibilidade do erro não há conhecimento, mas especulação e sem o segundo, não há produção, mas reprodução do conhecimento.

Destacamos também que uma pesquisa com vistas à obtenção de um doutoramento é um grande desafio, muitas vezes solitário e frustrante. Consideramos também que seja importante não esconder os dilemas e bloqueios, erros e fracassos, uma vez que somente sua superação poderá fornecer subsídios para uma aprendizagem que dê consistência a tese. Chegamos a questionar a

pertinência do tema e da metodologia, mas apenas até conseguirmos entender os processos e desenvolver formas mais aprofundadas de entendimento.

A definição de um quadro teórico foi um exercício contínuo realizado ao longo destes quatro anos, tendo como ponto de partida o planejamento que fundamentou os estudos de doutoramento. Ainda assim, é importante lembrar que as ações realizadas, bem como as atualizações teóricas seguintes, foram acrescentando sempre novas referências teóricas, onde procuramos manter um diálogo entre a empiria e a teoria.

Como havíamos formulado no projeto de pesquisa apresentado em 2010, esta pesquisa não se baseou numa teia linear de revisão teórica, observação empírica e produção de resultados, mas sim numa organização em torno de blocos temáticos ou de questões importantes para o processo da investigação científica. A partir destes blocos temáticos, foi possível o desenvolvimento de quadros teóricos, dispositivos para observação e resultados específicos.

Estes temas específicos foram definidos como motivadores para o início da pesquisa, mas também eles foram objeto de um trabalho progressivo de redefinição a partir do momento em que a pesquisa se deparava com questões impossíveis de prever com antecedência. No projeto inicial apontávamos o conceito de representação social, como um dos mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa, o que depois de variadas reconfigurações e aprofundamento teórico-empírico, acabou por ser deixado de lado, por não dar conta das questões que queríamos entender. O risco da dispersão e conseqüentemente falta de aprofundamento foi salientado pelos professores das bancas de qualificação. Assim, foi realizado um retorno às questões iniciais de forma a avaliar a efetividade do trabalho produzido até então. A partir de uma correlação das questões analíticas, nos quais foram reiteradas as considerações de cada eixo temático, desenvolveu-se, então, uma investigação com níveis de aprofundamento, em que as questões iniciais e os conceitos capazes de lhes darem respostas foram sujeitos a uma redefinição progressiva.

Como salientamos anteriormente, esta pesquisa tem por objetivo investigar as percepções que jovens tem sobre a escola. Especificamente, nossa intenção é cotejar as percepções de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de internação com os outros jovens que não estão nesta situação. Compreendemos que, a partir da literatura sobre juventude, que os jovens dão muita importância a

instituição escola. Para operacionalizar a pesquisa buscou jovens de uma Escola Estadual da zona norte da cidade do Rio de Janeiro e jovens cumprindo medida socioeducativa de internação na Escola Socioeducativa João Luiz Alves- que possui jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, diferente de outras unidades de internação do sistema que abrigam jovens especificamente na faixa de 17 a 18 anos. Outra característica da pesquisa diz respeito à identificação destes jovens. Como decidimos pela faixa etária de 15 a 17 anos, buscamos na escola estadual jovens, que com esta faixa estão cursando o primeiro ano do Ensino Médio para serem investigados. Desse modo, a pesquisa foi estruturada a partir de encontros com a orientadora, onde discutimos os aspectos teóricos e práticos relacionados a elaboração do questionários (metodologia escolhida), bem como o desenvolvimento do trabalho de campo.

A elaboração do questionário envolveu a tomada de decisão dos conceitos que queríamos medir, a partir das ideias de BABBIE (1999). Esses conceitos se fundamentam a partir de referenciais teóricos ou empíricos que foram organizados em um quadro de referencia conceitual. O objetivo deste quadro é apresentar alguns conceitos para a pesquisa, bem como explicá-los. Nosso intuito é mostrar, em linhas gerais, o percurso traçado para realização da investigação.

1.2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Para realização de uma pesquisa, torna-se impensável não empregar uma leitura aprimorada das diversas referências, enquanto uma maneira para construção de um quadro teórico que possa orientar o modelo de análise, ou seja, as questões iniciais, os conceitos mais importantes, as variáveis que serão observadas. Consideramos que a observação da realidade, mesmo realizada com rigor, pode fornecer-nos indicativos errados, se não conseguimos controlar os sistemas de percepção, interpretação e generalização das evidências encontradas. Assim, por mais importância que demos às investigações empíricas, não podemos perder de vista que, de um ponto de vista científico, estas pesquisas estão orientadas pela e para teoria.

Situando o âmbito das pesquisas na transição entre menor infrator e adolescente em conflito com a lei, constatamos que o tema tem sido objeto de investigação científica em diversos campos do conhecimento, os trabalhos de

DIAS (2007), SILVA (2005), VIEIRA (2003), VICENTIN e TEIXEIRA (2001) entre outros, exemplificam esta constatação. Os trabalhos sobre aspectos referentes a infração juvenil, apresentam diferentes terminologias, a partir dos contextos e das legislações em vigor: menor infrator, adolescentes infratores, adolescentes em conflito com a lei, adolescentes a quem se atribui autoria de um ato infracional, jovem delinquente, entre outros, são categorias utilizadas em vários trabalhos.

No estudo de vários autores contemporâneo que tem analisado o tema em questão (SILVA, 2005; CALADO, 2010; COSTA, 2007, entre outros), percebemos que a compreensão dos fenômenos dependia de uma exploração de estudos que dessem conta das percepções dos jovens sobre a escola. A necessidade de desenvolver uma pesquisa teórico-empírica seguindo uma linha crescente de estudos de natureza comparativa onde interessava-nos analisar o fenômeno junto a jovens estudantes de uma escola estadual na cidade do Rio de Janeiro e jovens em conflito com a lei implicou um esforço permanente de reorientação, procurando salvaguardar o rigor científico necessário para compreender as especificidades das análises, como também a reflexão necessária para promover o diálogo constante.

As doutrinas de situação irregular e proteção integral, que serão analisados posteriormente, orientaram os trabalhos produzidos sobre esta temática. Considerando a legislação penal brasileira no que diz respeito a categoria juvenil, MENDÉZ (2006), identificou três etapas na configuração destas legislações.

A primeira etapa, que vai do final do século XIX, até o ano de 1919, é chamada por este autor de “*caráter penal indiferenciado*”, pois não diferenciava as especificidades de adultos e jovens. O Código Penal de 1890 era o que regia a legislação penal brasileira nesta época. É nesta legislação que está previsto a inimputabilidade de crianças menores de 9 anos. Os trabalhos de SOUZA (1999) e de RODRIGUES (2005) estão situados nesta perspectiva, ao elaboram uma reflexão sobre esta etapa.

A segunda etapa compreende a elaboração do Código Penal de Melo Matos em 1927. Esta legislação teve grande impacto no sistema penal brasileiro por separar crianças e jovens dos adultos. Os princípios da Doutrina da Situação Irregular estão contidos neste código. COSTA (2007) e OLIVEIRA (2003) fazem uma análise desta legislação. Estes estudos foram importantes para

compreendermos os processos de mudanças realizadas na política de infância e juventude no Brasil.

A terceira etapa corresponde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a consolidação da Doutrina de Proteção Integral (RIZZINI e RIZZINI,2004). Fruto de um amplo debate na sociedade, esta legislação representou um marco na temática da infância e juventude no Brasil.

Existe uma linha de estudos consolidados sobre a mudança da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral, cuja abordagem se aproximava das regras das Nações Unidas para proteção de crianças e jovens. Refiro-me a trabalhos que ganharam grande importância para o presente estudo, como DEL PRIORI (1998), RIZZINI e RIZZINI (2004), OLIVEIRA (2003) e RODRIGUES (2005).

Estes estudos foram especialmente úteis para entendermos os processos de institucionalização da criança e do jovem no Brasil, bem como os contextos de medidas de socioeducação. Além disso, permitiu-nos compreender que existem alguns segmentos de crianças e jovens que, em função de seu perfil socioeconômico, estão mais vulneráveis aos efeitos negativos dessas medidas VICENTIN, 2001 e SPAGNOL, 2003.

Esta linha de pesquisa decorre do campo teórico da Ciência da Educação e da Sociologia da Educação. Esta constatação levou-nos a mergulhar com humildade em outros referenciais teóricos que se afastavam do nosso campo de formação, percebendo a sua validade e importância científica, mas também a de refletir sobre as distâncias e proximidades entre os campos.

Deste modo, fomos procurando construir uma perspectiva sociológica do objeto de estudo, recorrendo a diversas referências teóricas deste campo científico e colaborando para um olhar distinto desta problemática. Pareceu-nos fundamental explorar os conceitos de juventude, a educação no sistema prisional e sua relação com o sistema socioeducativo. Mais do que desenvolver reflexões paralelas em várias dimensões, o que nos animou foi o desafio teórico e metodológico de colocar em diálogo jovem e jovem em conflito com a lei, na ânsia por compreender o que pensavam sobre a escola e como se configuravam estas percepções.

1.3 ANALISANDO OS CONCEITOS DE JUVENTUDE

Consideramos importante esclarecer inicialmente o conceito que utilizaremos neste trabalho. Do ponto de vista teórico, os termos adolescente e jovem são utilizados para descrever um período entre a fase infantil e a fase adulta. FREITAS (2005) avalia que o tema da infância e juventude, ou adolescência, tem apresentado uma variação de abordagens, quem segundo a autora, faz com que não tenhamos uma definição precisa dos termos juventude e adolescência.

É preciso explorar este tema iniciando por dizer que existe, hoje, no Brasil, um uso concomitante de dois termos, adolescência e juventude, que ora se superpõem, ora se constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por distintas abordagens. Contudo, as diferenças e as conexões entre os dois termos não são claras e, muitas vezes, as disputas existentes, restam escondidas na imprecisão dos termos. (FREITAS, 2005, p. 06).

Frente ao apresentado pela autora, consideramos que existe a necessidade de se buscar um marco conceitual sobre juventude e adolescência, que favoreça os debates, estudos efetivação de políticas públicas, levando em conta as especificidades.

Como tema de discussão e estudo, adolescência foi inicialmente usado pelo campo da Psicologia, principalmente nos estudos sobre desenvolvimento humano. Este campo elaborava uma análise a partir da perspectiva do sujeito particular, com enfoque nas questões individuais. Nessa abordagem os outros campos das ciências sociais: a sociologia, antropologia história, educação, estudos culturais, comunicação, entre outros, adotam a categoria juventude. A preocupação está nas relações sociais e os vínculos e rupturas que são estabelecidos. LEON (2005) afirma que:

[...] adicionalmente, o conceito de adolescência, em uma perspectiva conceitual e aplicada, também inclui outras dimensões de caráter cultural, possíveis de evoluir de acordo com as mesmas transformações que experimentam as sociedades em relação a suas visões sobre este conjunto social. (LEON, 2005, p. 11).

Este autor, a partir da divisão realizada por Juan Delval, em seu livro *El desarrollo humano*, de 1998, apresenta três proposições teóricas sobre a adolescência: a teoria psicanalítica, a teoria sociológica e a teoria de Piaget.

A “Teoria Psicanalítica” que percebe a adolescência como consequência do desenvolvimento que acontece na puberdade e que possibilita uma transformação do equilíbrio psíquico, causando uma “*vulnerabilidade de personalidad*” (p. 12). Desse modo, acontece uma intensificação da sexualidade e alteração nas relações familiares, em uma conduta de oposição as normas, e a construção e crise de identidade. Para a “Teoria Sociológica”, a adolescência é resultado das pressões e conflitos existentes na sociedade, basicamente atrelado com o processo de socialização, onde a adolescência é compreendida a partir das questões sociais externas ao sujeito. Por sua vez, a “Teoria de Piaget”, ressalta as modificações ocorridas no pensamento no período da adolescência, onde o sujeito elabora projetos de vida, aonde as mudanças afetivas e sociais “*vão unidas a transformações no pensamento*” (p. 12), e a adolescência seria decorrência da interação entre questões sociais e individuais.

Apresentamos alguns elementos acerca do termo adolescência. FLORENZANO (1997) e MORENO e DEL BARRIO (2000), são alguns dos autores que fazem uma análise mais aprofundada acerca do conceito de adolescência. Esclarecemos ainda que apesar de apresentarem uma diferença conceitual e, às vezes empírica, não nos assusta a sobreposição de um termo a outro e vice-versa. Por conta disso, tomamos o cuidado na análise. Entretanto, para clarear nosso argumento, preferimos tecer inicialmente algumas considerações sobre a categoria adolescência, para seguirmos com uma aproximação conceitual do conceito de juventude, àquele que utilizaremos neste trabalho, que em muitos aspectos compreende a de adolescência.

Partimos do pressuposto que os conceitos de juventude foram construídos por diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos: psicologia, sociologia, medicina, demografia, direito e políticas públicas. Segundo Castro e Abramoway (2002), a UNESCO definiu juventude como o ciclo etário dos 15 aos 21 anos. Segundo Castro e Abramoway (2002), esta definição “tem o mérito, contudo, de tentar romper com a perspectiva tradicional de juventude como fase de transição entre infância e a idade adulta, ou do jovem como aquele que não é, mas está por vir a ser” (p. 25).

As autoras defendem que este corte cronológico, implica uma transversalidade, pois confrontam vivências e oportunidades de uma série de relações sociais, como trabalho, educação, gênero, raça/etnia, etc. Embora a juventude seja considerada, geralmente, como uma totalidade cujo principal atributo é dado pela faixa etária em que está circunscrita, deve-se tomá-la também como um conjunto social diversificado, para que diferentes traços e perfis de juventude surjam relacionados ao pertencimento de classe social, raça/etnia, à situação econômica, aos interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais específicos.

A concepção de juventude como “momento de transição de um ciclo de vida” está associada ao modo como a sociologia funcionalista a categorizou para fins de análise como da integração social, quando os jovens se tornam membros da sociedade. Segundo ABRAMO (1997):

[...] como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos são falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para ação social como “problema”, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social. Numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (ABRAMO, 1997, p.29).

Ainda segundo ABRAMO (1997) a problematização social da juventude faz-se acompanhar do “*desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais*” (p. 29).

Embora o entendimento da juventude como um problema seja comum a várias análises, especialmente àquelas que têm caráter fragmentado, existem propostas (ABAD, 2003) que procuram definir uma nova condição juvenil, no mundo contemporâneo, relacionada:

a) ao quase desaparecimento da infância e ao conseqüente prolongamento da juventude, com o adiantamento precoce da adolescência e o retardamento da juventude até depois dos 30 anos;

b) às dificuldades das sociedades atuais em facilitar o trânsito da juventude pelo circuito família-escola-emprego, no mundo adulto;

c) à influência dos meios de comunicação, que (1) traduzem uma cultura juvenil com características quase universais, heterogêneas e inconstantes, e que (2) estabelecem um paralelo contraditório com a transmissão cultural das instituições tradicionais (família, escola e emprego), que se debilitaram devido ao não cumprimento de suas promessas e à perda de sua eficácia simbólica, como ordenadoras da sociedade. Para esta autora,

É nessa desinstitucionalização da condição juvenil que têm surgido às possibilidades de viver a etapa juvenil de uma forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores. Essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício também mais precoce da sexualidade. (ABAD, 2003, p.25)

O imaginário social continua associando a juventude a transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para tentativa dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos. Como membros da sociedade em que vivem. Algumas organizações e instituições, ao lidar com a juventude, revelam o tratamento fragmentado dado ao protagonismo juvenil no país. Os meios de comunicação, em publicações específicas para o público jovem, dão maior enfoque aos fatos culturais e comportamentais do seu público-recorte. O noticiário, em geral, restringe as matérias sobre jovens ao tratamento espetaculoso de fatos e problemas sociais ou das medidas policiais de combate aos mesmos.

As políticas públicas adotadas, em busca de integrar socialmente o jovem, percorrem como que uma via de mão dupla: incentivam programas de ressocialização vinculados à educação não formal, por meio especialmente de organização de oficinas ocupacionais, da prática de esportes, da arte e de programas de capacitação profissional. Entretanto, estas atividades, na maioria das

vezes, não proporcionam qualquer qualificação profissional, constituindo-se apenas em oficinas ocupacionais.

Os muitos recortes favorecidos pelas análises apontam para construção de programas ordenados tematicamente e implementados a partir de determinados critérios de focalização e seletividade da população. BANGO (2003) avalia que, “nesse esquema, corre-se o risco de confundir políticas de juventude com a institucionalização da juventude, ficando as políticas de juventude fora do contexto ou ilhadas em relação às políticas sociais” (p.49), e conseqüentemente, produzindo programas de governo e não políticas públicas.

Já o debate acerca da juventude e especialmente sobre políticas públicas para esta parte da população tem sido muito fecundo, envolvendo diversos atores neste processo: gestores municipais e estaduais, buscando uma maior articulação para obter maiores orçamentos bem como força política; Organizações Não Governamentais procurando desenvolver ações no sentido de criar redes de cooperação para o fomento e execução de políticas públicas; setores do empresariado, em nível nacional e internacional, fundações ligadas aos mesmos, financiando os projetos desenvolvidos pela sociedade civil organizada e também projetos públicos; grupos da academia e fundações ligadas a Organização das Nações Unidas (ONU), que realizam pesquisa no sentido de realizar diagnósticos e provocar o debate e grupos de parlamentares constituídos para acompanhar e monitorar as políticas públicas para juventude.

Simultaneamente, o governo federal, instala, para desenvolver e articular os programas direcionados a juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, além de um Conselho Nacional de Juventude. Estes órgãos devem articular as ações do governo com as proposições da sociedade civil organizada. A Secretaria Nacional de Juventude tem uma perspectiva articuladora entre as políticas públicas para juventude, realizadas entre os ministérios, com um orçamento próprio e direcionada aos jovens de 18 a 25 anos.

Essa iniciativa possibilitou a criação de uma agenda política acerca do tema da juventude, mesmo considerando as diferenças acerca das perspectivas entre os órgãos. Nesse processo é que vai aparecer, entre as instituições, uma distinção entre adolescência e juventude, entendidas como etapas singulares, que irão demandar ações e políticas que num certo ponto, assumem um caráter geral,

isto que as políticas são estendidas a todos os jovens e outras para dar conta das particularidades existente no conjunto.

Podemos avaliar que nesta perspectiva, delineiam-se alguns consensos e questões polêmicas, sobre como tornar o jovem sujeito de direitos e prioridade nas políticas públicas. Inicialmente, considera-se a necessidade de ter como ponto de partida a particularidade da condição juvenil, levando em consideração o duplo aspecto enfatizado por LEON (2005). Nesse enfoque ABRAMO (2005) avalia que:

O importante, como tarefa conceitual, é a de definir o que constitui a condição Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais juvenil nesta conjuntura histórica da nossa sociedade, o que a singulariza, quais são os elementos que a constituem e quais são os desafios postos; e a tarefa política é a de definir que direitos garantem a vivência dessa condição de uma forma digna e satisfatória, que sinalizem políticas que objetivem, universalmente, o cumprimento desses direitos. (ABRAMO, 2005, p.34).

Observamos ainda que os aspectos conceituais e políticos deveriam estar em harmonia, no sentido de considerar o que é necessário para contribuir na consolidação de uma definição social sobre o conceito de juventude (ABRAMO, 2005). Perguntamo-nos acerca desse debate, sobre o que é mais importante para garantir que os direitos desses sujeitos nas distintas posições: percebê-los como sujeitos distintos, ou como sujeitos particulares de um mesmo conjunto?

Lembramos que o debate recente indica que a entrada na vida adulta deriva de múltiplos caminhos que não são lineares. Percebe-se que esses caminhos múltiplos, sem uma direção precisa, são trilhados pelos jovens. Será que o tempo dedicado a formação e o retardamento da entrada no mundo do trabalho podem ser considerados um modelo ideal de vivência juvenil, sobre os quais avaliamos as deficiências, desvios de conduta e desigualdades?

Assim, é importante termos em conta a complexidade de ser jovem, modificando uma postura de que exista apenas um enfoque que dá conta dessa complexidade. Pensando em políticas públicas, sugere-se que exista uma dificuldade para definir apenas uma política para a juventude. Consideramos que não existe um único enfoque que possa dar conta do tema da juventude. Neste

sentido não será somente uma ação que dará resposta para as questões juvenis, mas, um conjunto de ações que possam abarcar múltiplos enfoques.

Nessa perspectiva, a ideia de que existe apenas um único aspecto de trajetória da mudança para a vida adulta, está equivocada. ABRAMO (2005) avalia que existe:

[...] a percepção da heterogeneidade das situações - e das desigualdades - que atravessam essa condição que, por isso mesmo (por se alargar, no seu conteúdo e comportar várias dimensões, sem que uma delas se imponha como exclusiva) se afirma como geral: todos os jovens do país cabem na categoria, e a todos eles têm que ser garantidos os direitos fundamentais referentes a essa condição. A diversidade de situações aponta para o fato de que a garantia desses direitos deve ser efetivada através de estruturas de apoio, serviços e programas que levem em conta essas diferenças, para poder atingir igualmente todos os jovens; ademais, devem implicar ações de correção das desigualdades, através de ações afirmativas de garantia do acesso aos direitos universais. (ABRAMO, 2005, p.35).

O tema da Infância e Juventude passou por muitas transformações no Brasil, especialmente no que diz respeito à cultura de internação. Análises sobre a bibliografia histórica acerca do processo de institucionalização de crianças e adolescentes evidenciam a criação de “internatos de menores”, sobretudo a partir de 1900. A principal política de assistência social existente neste período para crianças e adolescentes pobres, negras e indígenas, consistia no recolhimento destes em instituições de reclusão. RIZZINI e RIZZINI (2004) ponderam que:

O país adquiriu uma tradição de institucionalização de crianças, com altos e baixos, mantida, revista e revigorada por uma cultura que valoriza a educação da criança por terceiros- cultura que permeia amplos setores da sociedade, desde os planejadores até os grupos sociais de onde saem os internos, As instituições atendiam a grupos diversificados, de acordo com as prescrições de gênero, mas consideravam ainda as especificidades étnicas. Meninos e meninas índios ou filhos de escravas e libertas passaram por asilos, casas de educandos, institutos e colégios. Entretanto, os meninos pobres e livres das cidades constituíram o grande alvo de internação das políticas de internação. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 22).

O tema da juventude tem se apresentado por alguns autores como objeto de análise a partir de duas perspectivas: a primeira percebe a juventude como um grupo causador de “problemas”, ligados, sobretudo ao uso de drogas e comportamentos de risco, entre outros, que exigiria grandes esforços por parte da sociedade no enfrentamento destes problemas. De outro lado, a juventude é apresentada como um período transitório para a vida adulta, com um potencial transformador. Esta visão, também exigiria esforços, sobretudo educacionais, que preparasse os jovens para este futuro, que seria, evidentemente, sem problemas de ajustes sociais. RODRIGUES (2008), ao elaborar uma análise sobre políticas públicas de juventude, organizou um quadro, onde são apresentadas outras perspectivas. A seguir, apresentamos o quadro:

Quadro 1 - Juventude: perspectivas, desenho e implementação:

Perspectivas	Jovens como categoria social	Jovens como grupo de risco	Jovens como atores sociais relevantes e agentes de mudança.
Ênfase	Faixa etária (aspectos biológicos e psicológicos)	Comportamento estrutivo/Situaçãob de vulnerabilidade social	Ideia do jovem como “protagonista”.
Problemas identificados	Impasses próprios da Fase de crescimento/Amadurecimento centrados especialmente em: desenvolvimento afetivo/sexual- educação/formação-transição escola-mercado de trabalho	Impasses relacionados a situações de precariedade, carência, vulnerabilidade e risco social.	Impasses relacionados à ausência de espaços e oportunidades para que os jovens possam atuar em busca de seus interesses, necessidades, desejos e aspirações.
Objetivo das intervenções	Construção de mecanismos que permitam processos adequados de transição para a vida adulta, conforme regras e normas sociais e legais vigentes.	Construção de mecanismos capazes de suprir carências e necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.	Incentivo à construção de espaços de atuação Disponibilização de ferramentas de negociação – empoderamento.
Elementos dos desenhos das políticas propostas	Ações fundamentadas em processos de educação e formação.	Ações fundamentadas em processos de educação/formação, qualificação e ocupação do tempo livre.	Ações fundamentadas na criação de grupos juvenis organizados e no apoio àqueles já existentes.
Implementação	Criação de espaços destinados à discussão e análise de problemas observados no universo juvenil. Criação de pontos específicos de atendimento às demandas juvenis ligados aos setores de saúde, educação e qualificação. Procedimentos de apoio ao jovem e à família	Criação de espaços de discussão e análise de problemas observados no universo juvenil. Criação de pontos específicos de atendimento às demandas juvenis ligados aos setores de saúde, educação e qualificação. Criação de espaços para ocupação do tempo livre. Criação de espaços de cultura e lazer. Apoio ao jovem e à família. Criação de sistemas legais e jurídicos que permitam “segunda chance” a jovens autores de atos infracionais.	Criação de espaços destinados à discussão e análise de problemas observados no universo juvenil. Criação de novos espaços de participação dos jovens em âmbitos institucionais. Procedimentos voltados para o incentivo a programas de treinamento e formação voltados para gestão e participação. Procedimentos voltados para o incentivo ao empreendedorismo.

Fonte: Rodrigues, (2008).

Os vários enfoques privilegiados por Rodrigues (2008) podem originar políticas públicas com graus de necessidade e interesses mais ou menos eficazes. Consideramos, contudo, que estas abordagens não são excludentes, visto que uma mesma ação pode ser direcionada a um grupo de risco e também a outro. Por outro lado, percebemos também que dependendo do lugar, da situação e da conjuntura em que essas políticas são construídas, elas podem comprometer o foco do público para o qual elas estão destinadas e modificar o diagnóstico da real situação deste segmento.

Podemos exemplificar a partir do enfoque da juventude como categoria social. Esta perspectiva foi pensada a partir de questões que dão ênfase aos aspectos biológicos e psicológicos que são atribuídos a esta fase da vida. Assim, algumas questões são suscitadas: como avaliar o início e fim da juventude? Quais são as faixas etárias que as determinam? É possível alterá-las a partir de determinadas necessidades? Nesta direção, está o aumento da faixa etária da juventude a ser atendida por algumas políticas públicas, como por exemplo, no caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que ampliou a categoria juventude para até 24 anos de idade. Desse modo, esta delimitação é realizada pelo promotor da política pública.

De outro lado, as perspectivas da juventude como grupo de risco e a de agente transformador estão fundamentadas a partir de duas ênfases: a primeira, relacionada a formação e a segunda a uma atuação do jovem como agente de transformação social. A grande questão desses dois enfoques, é que eles partem de um conceito de juventude que não avalia as realidades distintas, as experiências desta população e as expectativas para participar dos programas fomentados pelas políticas.

É importante destacar em nível latino americano, a fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude, no ano de 1992, que fomentam ações, no sentido da luta pelos direitos da juventude na América do Sul e percebem esta parcela da população como “agentes do desenvolvimento”. Abaixo, o quadro dois, apresenta as principais instituições criadas nos países dessa região, com o objetivo de atender as principais demandas dos jovens.

Quadro 2 - Órgãos específicos de juventude nos países da América do Sul segundo ano, faixa etária, status e mandato:

País	Ano de criação	Faixa etária	Status atual	Objetivo
Argentina	1987	14 a 29 anos.	Diretoria Nacional de Juventude, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social.	Coordenar, articular e executar políticas públicas de juventude (PPJs).
Bolívia	1994	15 a 24 anos	Vice - Ministério de Igualdade de oportunidades, instância dependente do Ministério da Justiça.	Desenvolver normas e políticas públicas de juventude
Brasil	2005	15 a 29 anos	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência.	Integrar programas e ações do governo federal na área de políticas públicas de juventude
Chile	1991	15 a 29 anos	Instituto Nacional de Juventude, subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação.	Gerar e sistematizar informações sobre juventude, colaborar com o Executivo no desenvolvimento e planejamento de PPJs
Paraguai	1994	15 a 29 anos	Vice - Ministério da Juventude, instância dependente do Ministério da Educação e Cultura.	Orientar e desenvolver políticas públicas de juventude.
Uruguai	1991	14 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social.	Planejar, desenvolver, assessorar, articular, supervisionar e executar políticas públicas de juventude.

FONTE: Pesquisa Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a construção da democracia regional, 2009.

Podemos observar que apesar do Brasil ter sido o último país a criar um órgão específico para a juventude, é o único país que mantém este órgão vinculado diretamente a Presidência da República. Isto torna o organismo mais autônomo, no sentido de fomentar políticas públicas e articulá-las a outros setores do governo.

Neste sentido, ressaltamos também que a pluralidade e a diversidade da juventude, são componentes que deveriam ser levados em consideração quando forem formuladas as políticas públicas. Se avaliarmos que no imaginário social de alguns gestores públicos, determinadas ideias acerca da juventude nem sempre estão de acordo com o que pensam os jovens. Desse modo, os gestores formulam as políticas a partir de pressupostos que são estabelecidos por eles. Consideramos que tal tendência pode vir a comprometer os objetivos e as propostas de intervenção da política, bem como sua real efetividade.

É nessa direção que parte da literatura sobre juventude no Brasil, tem apontado para importância de se pensar a juventude como conjunto de atores sociais relevantes e agentes de mudanças. Esta perspectiva percebe a juventude

como protagonista de suas ações, ou seja, um sujeito que participa ativamente dos processos de mudança na sociedade. Contudo, ainda têm sido insipientes as políticas que partem desta visão. Estudos de SPOSITO e CARRANO (2003); SPOSITO & CORROCHANO (2005); SPOSITO, SILVA, e SOUZA (2004), já salientavam que as ações, de forma geral, tinham por objetivo resolver questões enfrentadas por este segmento, relacionadas a educação, saúde, mercado de trabalho, violência e políticas de segurança. De forma geral, os trabalhos apontam para um direcionamento dessas políticas, no sentido de privilegiar a juventude em situação de vulnerabilidade social.

A seguir, apresentamos uma apreciação acerca dos conceitos de juventude, no sentido de analisar como este segmento da população vem se estabelecendo como objeto de políticas públicas no Brasil.

1.4

A JUVENTUDE E OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO

A situação do jovem brasileiro em relação aos processos de escolarização tem sido alvo de muitos estudos e pesquisas (SALLES, 1995; FRANCO, 2001; OLIVEIRA, 2003). Apesar do aumento significativo das taxas de escolarização (PNAD, 2010), a situação dos jovens brasileiros ainda é precária. A alta incidência de repetência e de evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a probabilidade de que a educação escolar seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico, de bem-estar social e de exercício da cidadania está comprometida.

Algumas pesquisas (ZAGO, 2000; FRANCO e NOVAES, 2001) têm apontado diversos elementos como causas para esta situação. Desde a falta de condições socioeconômicas para o jovem se inserir e permanecer na escola, passando pela inadequação do ensino às necessidades e anseios da juventude. Outras pesquisas (OLIVEIRA, 2001; OLIVEIRA, 2005) apontam para a questão dos valores familiares e a falta de perspectivas e esperanças dos jovens em relação à educação e à escola.

As reflexões sobre os jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançaram no Brasil e somente a partir dos anos 1990, que a temática foi incorporada nas agendas governamentais.

Um importante referencial teórico sobre a infância e a adolescência no Brasil é a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde a sua publicação, em 1990, passou-se a considerar crianças e adolescentes como cidadãos em desenvolvimento, ancorados em uma concepção plena de direitos. No entanto, neste documento, a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista, com identidade própria, uma vez que parece reforçar a imagem do jovem como problema, especialmente em questões relacionados à violência, ao crime, à exploração sexual, a drogadição, à saúde, à educação e ao desemprego. A partir dessa concepção limitada, os programas governamentais procuraram apenas, e nem sempre com sucesso, minimizar o potencial de ameaça que os jovens parecem representar para sociedade.

Com tudo isso, a construção de verdadeiras políticas públicas de juventude esbarra na falta de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas juvenis, e que também contemple os jovens como participantes desse processo, mesmo, de construção das políticas públicas, dos quais, serão beneficiários.

O Brasil possui, segundo o censo demográfico de 2010, uma população de 28 milhões de jovens na faixa de 15 a 18 anos, o que representa, aproximadamente, 18% da população³. É um país repleto de contradição e marcado por uma intensa desigualdade social, reflexo da concentração de renda, tendo em vista que 0,1% da população rica detêm 13,5% da renda nacional, contra 50% mais pobres, que detêm 14% desta (IBGE, 2010). Essa desigualdade social, constatada nos indicadores sociais, traz consequências diretas nas condições de vida da população juvenil.

Quando é feito o recorte racial⁴ às disparidades tornam-se mais profundas, verificando-se que não há igualdade de acesso aos direitos fundamentais. A população negra⁵ em geral, e suas crianças e adolescentes em particular, apresentam um quadro socioeconômico e educacional mais desfavorável que a população branca (BATISTA, 2007). Do total de pessoas que vivem em

³ IBGE, (Censo Demográfico 2000 características gerais da população-resultado de amostra)

⁴ Considera-se o termo raça, um conceito socialmente construído, longe de possuir as conotações biológicas que tinha nos séculos XIX e começo do XX. Utilizado como indicador específico das diferenças e desigualdades sociais determinadas pela cor.

⁵ A partir dos dados de cor da pele do IBGE, consideramos a soma das pessoas que se autodeclararam “pardas” e “pretas” no censo.

domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, somente 20,5% representam os brancos, contra 44,1% dos negros (IPEA, 2005). Há maior pobreza nas famílias de adolescentes não brancos do que nas famílias em que vivem adolescentes brancos, ou seja, cerca de 20% dos adolescentes brancos vivem em famílias cujo rendimento mensal é de até dois salários mínimos, enquanto que a proporção correspondente de adolescentes não brancos é de 39,8% (IPEA/DCA-MJ apud Rocha,2002). A taxa de analfabetismo entre os adolescentes negros é de 12,9% nas áreas urbanas, contra 5,7% entre os brancos (IPEA, 2005). Ao analisar as razões de equidade no Brasil, verifica-se que os adolescentes⁶ entre 11 e 18 anos da raça/etnia negra possuem 3,23% mais possibilidades de não serem alfabetizados do que os brancos (UNICEF, 2004). E mais: segundo o IBGE (2003), 60% dos adolescentes brasileiros da raça/etnia branca já haviam concluído o ensino médio, contra apenas 36,3% de afrodescendentes (negros e pardos). Há também diferenças superiores entre raça/etnia branca e a raça/etnia negra quando se verifica a relação entre a média de anos de estudo e o rendimento médio em salário mínimo. A raça/etnia branca possui média de estudo de oito anos e o rendimento médio em salário mínimo de 4,50, contra a média de 5,7 anos de estudo com rendimento médio em salário mínimo de 2,20 da raça/etnia negra (IPEA, 2002).

Quanto à escolarização dos adolescentes e jovens brasileiros, a realidade apresenta dados significativos. Muito embora 92% da população de 12 a 17 anos esteja matriculadas, 5,4% ainda são analfabetos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 80% dos adolescentes frequentam a escola, mas somente 40% estão no nível adequado para sua faixa etária, e somente 22% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. Na faixa de 15 a 19 anos, diferentemente da faixa de 7 a 14 anos, a escolarização bruta de jovens de 15 a 17 anos é de 81,1%, caindo significativamente para 51,4% quando a faixa etária de referência é de 18 a 19 anos.

A permanência do jovem na escola pode ser influenciada por características que dizem respeito tanto à escola, quanto ao *background* familiar (no aspecto de educação e renda familiar). O aspecto socioeconômico está correlacionado entre as gerações. Assim, o ambiente familiar e as características

⁶ O Estatuto da Criança e do Adolescente-Lei 8069 de 13/07/90 - estabelece a faixa etária da adolescência dos onze aos dezoito anos.

dos responsáveis têm um impacto na vida dos jovens. Neste sentido, o fato de os pais terem permanecido ou darem valor à escola, tem uma forte influência na relação deste jovem com sua escolarização. Algumas pesquisas⁷ têm mostrado que mães mais escolarizadas têm um padrão de comportamento e expectativas com relação a seu filho (a), incentivando-o (-a) no processo de ensino/aprendizagem.

Ao analisar a realidade educacional dos jovens brasileiros, um estudo do IPEA, denuncia a existência de quase 1,5 milhões de analfabetos; persistência de elevada distorção idade – série, o que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada; baixa frequência ao ensino superior; e restritas oportunidades de acesso à educação profissional.

O estudo formulou um quadro da situação educacional dos jovens, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2007.

Tabela 1 - A situação Educacional dos jovens brasileiros em 2007⁸ Em %:

	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1,6	2,4	4,4
Frequentam o ensino fundamental ⁹	32,5	4,3	1,8
Frequentam o ensino médio ¹⁰	48,5	13,0	2,8
Frequentam o ensino superior ¹¹	0,6	13,2	7,5
Frequentam a alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,1	0,2
Estão fora da escola	16,2	17,7	24,2
Ensino fundamental incompleto	10,2	17,7	24,2
Ensino fundamental completo	2,2	6,4	7,8
Ensino médio incompleto	1,5	7,0	5,7
Ensino médio completo	1,6	29,5	31,7
Ensino superior incompleto	-	1,1	1,7
Ensino Superior completo	-	2,3	9,4
População jovem-valor absoluto	10.262.468	23.845.483	16.158.113

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). – Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) /IPEA/2007.

Os dados evidenciam uma queda no número de analfabetos, com um percentual de 10%, mas que continua elevada se levarmos em consideração países como Argentina, Chile e Uruguai, cujos percentuais variam de 2% a 4%. Avalia-se que este alto percentual na taxa de analfabetismo pode estar relacionado à baixa

⁷ CARVALHO, M. E. P. de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 41-58; AQUINO, J. M. de e PAZELLO, E. T. Trabalho Materno e Desempenho Educacional das Crianças: uma Análise da Probabilidade de Aprovação Escolar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro- IPEA - v. 41 | n. 1 | abr. 2011.

⁹ Ensino regular ou EJA.

¹⁰ Ensino Regular, EJA ou Pré-Vestibular

¹¹ Inclusive Mestrado ou Doutorado

efetividade e qualidade do ensino fundamental brasileiro. Para aqueles que não conseguiram cursar esta etapa de educação escolar, existe a possibilidade de ingresso na educação de jovens e adultos (EJA). Entretanto, constata-se uma grande demanda para estes cursos aliada a uma desarticulação em relação a sua oferta. Como exemplo, os dados do IBGE, (censo de 2000), apontam que na região nordeste, cerca de 60% dos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, cursou o EJA. Já a faixa etária de 15 a 29 anos, representa um universo de 57% dessas matrículas.

Para os jovens com defasagem idade/série, a modalidade do EJA, representa uma alternativa de continuidade dos estudos. Talvez tenha sido por isto que esta modalidade tenha sido incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Neste sentido, consideramos que o EJA garante a conclusão das etapas de ensino ou da escolarização mínima obrigatória para aqueles que não conseguiram cursá-la na idade apropriada.

Desse modo, a centralidade do trabalho na vida dos jovens apresenta outra dimensão: conciliar escola e trabalho. É importante salientar também que o turno da noite, passa a ter uma grande importância, pois é onde se ampliou o número de vagas para o ensino médio. Segundo dados da PNAD-2006, no ano de 1995, 66% das matrículas do nível médio estavam concentrados nos cursos noturnos. Em 2005, eram de apenas 49%. Esta diminuição causou um impacto nos cursos noturnos, pois houve uma migração para a modalidade do EJA. Em 2006, o ensino médio representava 66% das matrículas do EJA, com uma concentração na faixa etária de 18 a 24 anos de idade.

Neste sentido, é possível avaliar que um dos grandes desafios para as políticas públicas de educação, tem sido a construção de uma proposta de educação de qualidade, integrada na perspectiva dos jovens que trabalham. Tornase necessária a realização de um diagnóstico que possibilite identificar as reais necessidades educacionais para que estes jovens trabalhadores não recebam uma educação escolar desqualificada, apesar de todo discurso da democratização do acesso ao nível médio de ensino.

Nos dados de 2007¹², observa-se que houve um aumento das taxas de frequência escolar. Cerca de 82% de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estavam frequentando a escola. Entretanto, apenas 48% estavam cursando o ensino médio na faixa etária adequada. De acordo com a PNAD-2008, apenas 13,6% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, estavam matriculados em universidades.

Com relação a taxa de abandono, esta é proporcional ao aumento da idade: na faixa etária de 15 a 17 anos, o índice é de 15,9%, na faixa de 18 a 24 anos, é de 64,4% e na faixa de 25 a 29, de 87,7%, conforme dados da PNAD-2008.

Consideramos que um dos grandes desafios para formulação de políticas públicas na área de educação, está relacionado com a possibilidade de estas políticas fomentarem o ingresso das crianças, sobretudo das mais pobres, na escola com a idade correta e de avançarem sem interrupções, apropriando-se de todo o conhecimento que é disseminado no ambiente escolar.

1.5 A JUVENTUDE E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Ao discutirmos a situação dos jovens brasileiros e sua relação com o mercado de trabalho, não podemos deixar de atentar, concordando com GONZALEZ (2009), para a constatação de que suas possibilidades de empregabilidade não se desvinculam dos fatores que afetam a população trabalhadora em geral e a juventude de forma mais intensa. Do mesmo modo se faz necessário reconhecer que historicamente, o trabalho precoce está presente na experiência de grande parte da população juvenil do continente latino americano.

Dentre os processos que caracterizam a juventude como um ciclo de vida, merece destaque sua relação com a escola e com o mercado de trabalho. Neste sentido, na origem da condição juvenil estaria um adiamento da entrada no mercado de trabalho e a permanência na escola. Todavia, deve-se levar em conta diferenças de classe (como também de gênero), que fazem com que essa condição não se restrinja à vivência exclusiva da escolarização, característica de um segmento social mais restrito (classes médias e altas da sociedade). Muitos jovens dos segmentos econômicos mais baixos vivenciam a condição de estudante e

¹² PNAD, 2007.

trabalhador concomitantemente, e em alguns casos apenas a condição de trabalhador, deixando a escola antes de concluir o ensino básico e de entrar na idade adulta.

Segundo o Censo de 2010, a idade mediana de entrada no mercado de trabalho estava em 15,8 anos para os homens e em 15,9 anos para as mulheres. Por outro lado a média de idade da saída da escola era de 18,1 anos para os homens e 17,9 para as mulheres, o que demonstra uma vivência simultânea do processo de escolarização e de inserção no mundo do trabalho. Contudo, o ingresso antes dos 16 anos não significa necessariamente que os jovens conseguem manter sua condição de empregado. Investigação realizada por FLORI (2003), tomando como referência a Grande São Paulo e abrangendo jovens de 14 a 24 anos, indica que estes, embora tenham altas taxas de entrada no mercado de trabalho, também são dispensados com muita frequência.

Com relação ao trabalho precoce, indicativos parecem evidenciar que a divisão sexual tradicionalmente existente no mercado de trabalho, segue tendo um papel importante também no aspecto da juventude. Na tabela 2 indica que a idade de dedicar-se exclusivamente ao estudo, está na faixa de 15-17 anos e a de assumir esta exclusividade no mercado de trabalho, na faixa de 18-24 anos. Esta realidade se concentra em mais da metade para os homens e cerca de um terço para as mulheres. Um estudo do IPEA (2008) sobre a situação educacional da juventude aponta que em 2006, 52% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estavam fora da escola e possuíam apenas 11 anos de estudos regularmente completados.

Tabela 2 - Proporção de pessoas por faixa etária e condição de estudo/trabalho- Brasil, 2007:

Homens	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	86,2	11,0	0,8	2,0
15 a 17 anos	54,9	26,4	11,4	73,0
18 a 24 anos	12,2	17,7	56,2	13,8
25 a 29 anos	2,3	8,8	78,6	10,2
30 a 59 anos	0,4	3,7	84,0	11,9
60 anos ou mais	0,3	0,4	42,6	56,7
Mulheres	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	91,9	5,6	0,4	2,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	12,0
18 a 24 anos	16,7	15,1	36,4	31,8
25 a 29 anos	4,5	9,1	53,8	32,6
30 a 59 anos	1,8	4,2	58,2	35,8
60 anos ou mais	0,8	0,4	19,1	79,7

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE-Elaboração: Ninsoc/IPEA/2008

Estudo de FLORI (2003), sobre a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho, a partir de dados da PNAD/IBGE, demonstra que entre os anos de 1992 e 2007, a faixa dos jovens (tanto homens quanto mulheres) entre os 15 a 17 anos, diminuiu sua participação, e aumentou a distância em relação às outras faixas etárias. Por outro lado, a participação dos jovens entre 18 e 24 anos se manteve próxima do nível de participação dos adultos (30 a 59 anos).

O mesmo estudo demonstra, além disso, que houve aumento na participação das mulheres da faixa etária entre 18 e 29 anos, o que pode ser interpretado como reflexo da mudança sócio cultural que está ocorrendo na divisão sexual do trabalho. Parcelas significativas das jovens estão deixando o trabalho “doméstico-reprodutivo” sem remuneração e se lançando ao trabalho remunerado.

Podemos interpretar a queda na taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos como consequência do prolongamento da escolarização, a partir da ampliação do acesso ao ensino médio nas décadas de 1990 e 2000, há evidências de que o trabalho precoce continua possuindo grande peso na experiência da juventude no Brasil. Os dados da PNAD/IBGE de 2007 indicam que, para os jovens da faixa etária dos 15 aos 17 anos, dedicar-se exclusivamente ao estudo, é uma experiência para apenas 54,9% dos homens e 66% das mulheres. Os dados ainda sugerem que estes jovens têm a propensão de deixar a escola em torno dos 18 anos, antes de concluir o ensino médio, posto que dados do relatório do IPEA de 2008¹³ apontam que nos anos de 2006, 52% dos jovens da faixa etária dos 28 aos 24 anos, tinham menos de 11 anos de escolarização.

Apesar da queda em sua participação no mercado de trabalho, importante parcela dos jovens de 15 a 17 anos vivencia a concomitância entre trabalho e estudos – 26,4% para os homens e 15,1% para as mulheres, segundo dados da PNAD/IBGE de 2007. É importante destacar que esta concomitância é mais acentuada nesta faixa etária e que parece estar relacionadas à capacidade das famílias de liberarem ou não seus filhos e filhas para se dedicarem integralmente à escola, o que por sua vez, está intimamente ligada ao nível de renda dos pais.

Já na faixa etária seguinte, dos 18 aos 24 anos, a concomitância é vivenciada por 17% dos homens e 15,1% das mulheres, o que não contradiz o que

¹³ IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 15, mar. 2008.

diz o IPEA a respeito da saída dos jovens desta faixa etária da escola, após terem ou não concluído os estudos de nível médio.

Não podemos desconsiderar, contudo, que há também um significativo número de jovens, que estão fora do mercado de trabalho e da escola, em ambas as faixas etárias – de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Na primeira encontramos, segundo a mesma PNAD/IBGE, ausentes dos dois espaços, 7,3% de homens e 12% de mulheres, e na segunda faixa, 13,8% de homens e 31,8% de mulheres. A diferença entre o número de homens e de mulheres pode ser explicada pela dedicação de muitas destas últimas aos cuidados domésticos. Entretanto, podemos inferir que são muitos os jovens que deixam a escola para procurar trabalho, mas deparam-se com dificuldades de encontrar emprego e mesmo de mantê-lo. Neste sentido o desemprego juvenil, pode ser interpretado como um indicador das dificuldades em se realizar a transição da escola para o trabalho seja por deficiência de sua formação escolar, ou por um mercado de trabalho restrito.

Como já apontado anteriormente, um aspecto que não pode deixar de ser considerado é o nível de renda das famílias, que tem peso determinante nas taxas de participação no mercado de trabalho e na possibilidade de permanência na escola. Os dados da PNAD/IBGE de 2007 apontam que, conforme aumenta a renda, cresce a probabilidade de se dedicar somente aos estudos e diminui a possibilidade de estar ausente tanto da escola como do trabalho, em especial na faixa etária entre os 15 e 17 anos. Os dados referentes à faixa etária seguinte (18 a 24 anos) demonstram uma inversão, o que indica uma inserção bem maior dos jovens no mercado de trabalho, em detrimento de sua presença na escola. Entretanto sugerem, ainda, uma influência da renda familiar *per capita*, nesta inserção. Quanto maior a renda maior a inserção exclusiva no mercado de trabalho e menor o número daqueles que não trabalham e nem estudam, para ambos os sexos, mantendo a diferença de participação a favor dos homens. Em relação à presença exclusiva na escola ocorre pouca variação em relação às faixas de renda, o que pode ser explicado pela saída dos jovens da escola nesta faixa etária, independentemente de se ter ou não concluído os estudos de nível médio.

Tabela 3 - Proporção de pessoas por faixa etária, condição de estudo/trabalho e faixa de renda - Brasil/2007:

	Homens	Estuda e trabalha	Só estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
15-17 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	26	51,2	12,6	10,2
	Entre ½ e 1SM	26,5	52,7	13,3	7,5
	Maior que 1SM	26,9	61,7	7,9	3,5
	Menor ou igual a ½ SM	13,0	12,8	51,5	22,7
18-24 anos	Entre ½ e 1SM	14,6	9,6	61,3	14,6
	Maior que 1SM	22,6	13,5	56,1	7,8
	Menor ou igual a ½ SM	4,3	2,3	75,0	18,3
25-29 anos	Entre ½ e 1SM	5,6	1,6	81,5	11,2
	Maior que 1SM	13,0	2,6	78,9	5,4
	Mulheres	Estuda e trabalha	Só estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
15-17 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	14,8	62,6	5,4	17,2
	Entre ½ e 1SM	17,4	65,7	5,4	11,5
	Maior que 1SM	19,7	70,7	4,1	5,5
	Menor ou igual a ½ SM	7,5	16,6	26,1	49,8
18-24 anos	Entre ½ e 1SM	11,4	14,8	39,0	34,8
	Maior que 1SM	23,6	17,8	42,7	16,0
	Menor ou igual a ½ SM	3,9	5,1	36,2	54,7
25-29 anos	Entre ½ e 1SM	6,4	4,1	55,6	33,8
	Maior que 1SM	14,4	4,2	65,7	15,6

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE 2007- Elaboração: Ninsoc/Disoc/IPEA/2007

A tabela três assinala que a possibilidade de dedicar-se inteiramente ao estudo cresce conforme a renda, de maneira especial na faixa de 15-17 anos. Entretanto, diminui também a probabilidade de não estudar nem trabalhar, para os homens e mulheres. Em relação às mulheres a perspectiva de não estudar nem trabalhar é três vezes menor que nas famílias com renda per capita maior que um salário mínimo. É possível constatar também que na divisão sexual do trabalho, já na juventude, aparece este fenômeno, sobretudo na mudança da primeira para a segunda faixa etária.

Na faixa de 15-17 anos, é muito mais comum percebermos a condição de estudante, em ambos os sexos, já a qualidade de trabalhador está fixada nas faixas etárias de 18-24 e de 25 a 29 anos em relação aos homes e a situação de nem estuda nem trabalha nas das mulheres mais pobres. Essa condição de desigualdade aponta para uma reprodução da desigualdade entre gerações. Assim, podemos considerar que as diferenças de renda nas famílias podem influenciar fortemente as condições do processo de escolarização e na definição dos papéis no mercado de trabalho e nas famílias, provocando nas novas gerações perspectivas diferenciadas quanto as suas expectativas profissionais futuras.

1.6

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA E POLITICA DE SEGURANÇA

A temática da juventude e sua relação com as questões que envolvem a violência e política de segurança pública têm sido nas últimas décadas, objeto de muitas reflexões. Autores como ADORNO (1998), ALENCAR (2003), BOCCO (2006), entre outros tem procurado analisar os mais diferentes aspectos destes fenômenos no sentido de compreendê-lo e buscar soluções.

No “Mapa da Violência/2011- os jovens do Brasil”, que trata da mortalidade de jovens no Brasil utilizaram como base os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e no caso do Brasil, dos censos demográficos, da contagem populacional, das estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo, e pelos dados do IBGE, apresenta alguns dados interessantes. Podemos citar, por exemplo, a questão dos registros do número de jovens mortos no Brasil em que a Lei nº 15 de 31/12/1973, instituiu que nenhum sepultamento poderia ser realizado sem uma certidão do óbito correspondente. Entretanto, foi somente a partir de 1979 que o Ministério da Saúde, começou a divulgar informações sobre a mortalidade no Brasil. Essas informações constam no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Essa certidão fornece informações a respeito do sexo, idade, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência e causa da morte. No ano de 1996, foram incluídas informações sobre cor/raça, utilizando as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os dados do IBGE, no ano de 2008, havia no Brasil 45 milhões de pessoas moradoras das capitais brasileiras, dos quais 7,9% eram jovens, o que representava 17,6 milhões desse total. Entretanto, este crescimento em números absolutos de jovens- de 25,1 milhões em 1980 pra 34,6 milhões em 2008, começa a diminuir progressivamente já nesta década, tendo em vista as alterações nas curvas demográficas do país. A taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100 mil habitantes no ano de 1980, para 568 no ano de 2004, fato que ficou evidente devido ao aumento da expectativa de vida da população e do Índice de Desenvolvimento Humano nos últimos anos.

Contudo, mesmo tendo em vista esses aumentos, a taxa de mortalidade juvenil não se alterou ao longo desse período e teve um aumento não muito

significativo, **passando** de 128, no ano de 1980, para 133 em cada 100 mil jovens nesse mesmo ano. Neste aspecto, podemos considerar que a não estagnação desses números refletem um novo desenho em relação à mortalidade juvenil que WASELFSZ (2011) denominará de “novos padrões da mortalidade juvenil”.

No “Mapa da Violência/2011- Os jovens do Brasil” – faz-se uma classificação sobre a causa de morte dos jovens, tendo como base as orientações dadas pelo SIM e a Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS). Estes documentos apontam dentre as causas de morte estabelecidas pelo CID:

- Acidentes de transportes;
- Homicídios;
- Suicídios;

São descritas também como causas externas de mortalidade: acidentes, envenenamentos, queimaduras, afogamentos, etc.

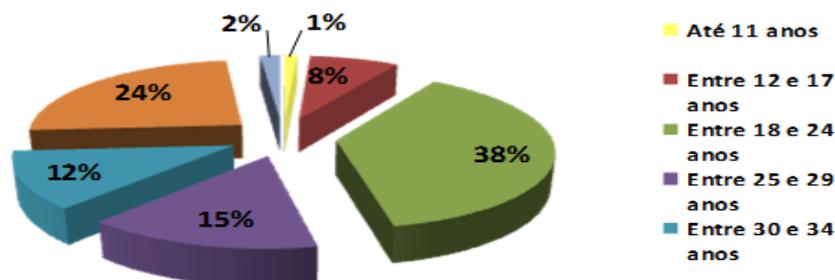
O estudo assinala que no ano 2008, na faixa etária de 15 a 24 anos, 73,6% das causas são dadas como motivo de morte são externas. Já com relação aos não jovens, apenas 9,9% do total de mortes no Brasil são conferidas a este tipo de causa. Nos dados referentes a homicídios, 1,8% corresponde à população adulta e entre os jovens esta taxa sobe para 39,7% das mortes. Segundo ainda este estudo “*Em alguns estados, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Distrito Federal, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio*” (pág.18). Por outro lado, da mesma forma em que os jovens são os autores de alguns tipos de atos infracionais, aparecem também como vítimas de violências variadas (SUDBRACK e CONCEIÇÃO (2005) VOLPI (2001) e LIBERATI (2000)).

Um levantamento realizado pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, no ano de 2005, a partir de ocorrências realizadas por policiais civis dos estados da federação, indica que crianças e jovens- de 11 a 17 anos de idade são as maiores vítimas de homicídios dolosos no Brasil. Da mesma maneira, com relação aos agressores, esta mesma população aparece com um percentual de 11,3% dos que praticam homicídios dolosos. Ou seja, parte dos casos de homicídios praticados no Brasil, é cometida por jovens. Entretanto o fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) em pesquisa realizada em 2005, já salientava que havia um superdimensionamento com relação

aos atos infracionais praticados por crianças e jovem nesta faixa etária, gerando uma demanda, por parte da sociedade, por ações punitivas mais severas.

Gráfico 1 - Perfil das vítimas de homicídio doloso (2005):

**Perfil das vítimas - Homicídio Doloso
2005**



Fonte: Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pelas polícias civis de Jan/04 a Dez/05- Ministério da Justiça.

FERREIRA (2009) assinala diversos fatores para este fenômeno social.

[...] fatores como a expansão, diversificação e sofisticação da violência delitual nas grandes cidades, a disseminação do porte de arma de fogo, a generalização de uma cultura da violência e as grandes contradições sociais-especialmente o consumismo exacerbado em meio à restrição das oportunidades de inserção social via mercado de trabalho e as grandes desigualdades sociais, como responsáveis por este quadro. (FERREIRA, 2009, p.211)

O autor salienta ainda a necessidade de considerarmos que estes fatores que recaem sobre a juventude, motivando seu envolvimento em ações violentas, merecem uma análise mais aprofundada, sobretudo, com relação aos aspectos de vulnerabilidade social deste segmento populacional. Deste modo, considera-se que a juventude como foco de políticas públicas de segurança coordenadas pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública e desenvolvidas pelos estados e Distrito Federal, apresenta três aspectos, elencadas por FERREIRA (2009):

1- Prevenção primária - estratégia centrada em ações dirigidas ao meio ambiente físico e/social, mais especificamente aos fatores ambientais que aumentam o risco de crimes e violência (fatores de risco) e que diminuem o risco de crimes e violências (fatores de

proteção), visando a reduzir a incidência e ou os efeitos negativos de crimes e violências. (FERREIRA, 2009, p.203);

2- Prevenção secundária - estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a pessoas mais suscetíveis de praticar crimes e violências, mais especificamente aos fatores que contribuem para a vulnerabilidade e ou resiliência destas pessoas(...), bem como a pessoas mais suscetíveis de ser vítimas de crimes e violências. (FERREIRA, 2009, p.203);

3- Prevenção terciária - estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a pessoas que já praticam crimes e violências, visando a evitar a reincidência e promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar, profissional e social, bem como a pessoas que já foram vítimas de crimes e violências, visando a evitar a repetição e a promover o seu tratamento, reabilitação, reintegração familiar, profissional e social. (FERREIRA, 2009, p.204).

Para a juventude em conflito com a lei, com idade inferior a 18 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta um sistema próprio de medidas socioeducativas, que tem como perspectiva mais a inserção social do jovem, do que sua punição.

Entretanto, efetivamente o que se tem observados em algumas instituições socioeducativas é ao contrário do que o Estatuto descreveu. BAZILIO e KRAMER (2003) e VOLPI (2001), em análises realizadas, ressaltaram que as mudanças descritas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não haviam sido efetivadas. BAZÍLIO e KRAMER (2003) questionava o porquê que “a prática social com relação à infância continua sendo marcada por violência, negligência e incompetência na esfera pública?” (p.29-30). Trabalhos mais recentes de JACOBINA e COSTA (2007) fazem a mesma constatação.

As questões apresentadas anteriormente demonstram o quadro de descaso que prevalece entre os jovens brasileiros, sobretudo entre aqueles em situação de conflito com a lei. Alguns estudos estão associando o ato infracional a desigualdade social e a ausência de políticas públicas para este segmento da população juvenil.